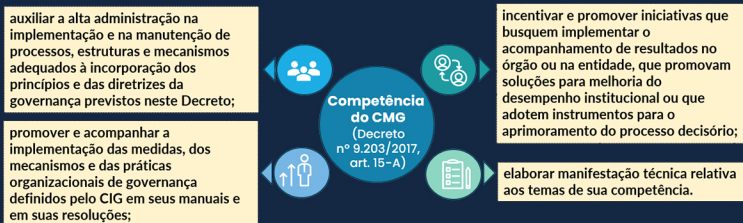


Instituição do Comitê Ministerial de Governança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – CMG/MGI

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) deu mais um importante passo para a promoção e articulação da governança pública com a recente instituição do Comitê Ministerial de Governança (CMG), por meio da [Portaria MGI nº 5.896, de 17 de outubro de 2023](#).

A instituição do CMG/MGI está alinhada ao Decreto nº 9.203/2017, o qual dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, apresentando princípios, diretrizes e mecanismos de governança pública. O comitê ministerial interno executará a política de governança pública, de maneira a incorporar os princípios e as diretrizes definidos no decreto, no âmbito do MGI.

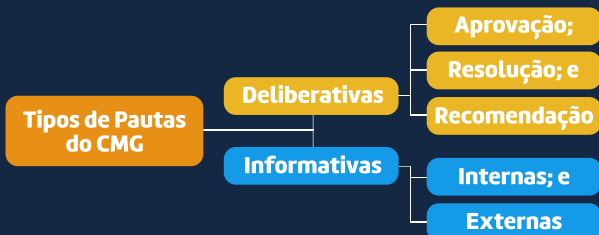
Órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão instituir comitê interno de governança com as seguintes competências:



Em consonância com as boas práticas de governança e com o marco normativo que rege o tema na administração pública brasileira, a Portaria MGI nº 5.896/2023 dispõe que o CMG é responsável por definir estratégias institucionais e diretrizes transversais de: governança pública, inovação, planejamento, transparência e difusão de melhores práticas de gestão e eficiência na gestão administrativa.

O Comitê Ministerial de Governança é composto pela Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pela autoridade titular de cada secretaria do MGI e do Arquivo Nacional.

As reuniões ordinárias ocorrerão trimestralmente. Importante frisar que o colegiado possui dois tipos de pauta: deliberativas e informativas. Enquanto as primeiras focam em pontos sobre os quais se demanda decisão, as últimas, apresentadas como informes, consistem na exposição de temas para conhecimento ou acompanhamento de status de iniciativas, ações ou projetos.



A instituição de um CMG no âmbito do MGI reforça os princípios de liderança, estratégia e controle de governança, uma vez que sua operacionalidade subsidia e direciona a atuação do ministério na condução de políticas públicas e na prestação de serviços de interesse da sociedade, buscando o menor custo, a maior efetividade e alta qualidade nas entregas do órgão.